

Entrevista com o professor Renato Maluf

Concedida a Karina Kato e Valdemar Wesz Junior¹

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Metodista de Piracicaba (1973), Mestre (1976) e Doutor (1988) em Economia pela Universidade Estadual de Campinas, Renato Maluf realizou programas de pós-doutoramento na Oxford University (UK) em 1996-7 e na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (Paris), 2000-1.

Atualmente, no CPDA, Renato Maluf coordena o Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CERESAN) e integra o Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA). Seus principais temas de pesquisa são: segurança alimentar e nutricional, agricultura familiar, multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial sustentável.

Em novembro de 2007 Renato Maluf foi nomeado Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), função que desempenha até hoje. Em julho deste ano foi nomeado membro do Comitê Diretivo do Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar e Nutricional da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

Nesta entrevista, realizada em sua sala, no CPDA, Renato Maluf fala sobre sua trajetória acadêmica, a militância política, sua ligação com o PT e sua ligação

¹ Doutorandos do CPDA/UFRRJ e assistentes de pesquisa do OPPA/CPDA/UFRRJ.

as temáticas da segurança alimentar, da multifuncionalidade da agricultura, das teorias de desenvolvimento e dos aspectos territoriais do desenvolvimento sustentável. Durante a entrevista procuramos explorar sua trajetória acadêmica, tendo sempre em vista sua trajetória de vida, uma vez que ambos estão relacionados e são indissociáveis. Esperamos que o leitor tenha a mesma experiência prazerosa que a equipe da revista IDeAS teve ao realizar a entrevista e que possa, pouco a pouco, desvendar a vida por trás do teórico e vice-versa. Nesta conversa seguimos de perto trajetória de vida de Renato, acompanhando suas aventuras e compartilhando o descobrimento e o encantamento progressivo com novas temáticas e campos do conhecimento.

IDeAS: Como resumiria a sua trajetória acadêmica?

Fui parar na Economia depois de uma breve fantasia com a Arquitetura, mais precisamente com o Urbanismo. Ingressei na Faculdade de Economia muito jovem, entre 17 e 18 anos, em 1970. Lá me encontrei, aos poucos, com a economia. Fiz o mestrado logo em seguida na Unicamp². Era a primeira turma de mestrado em economia da Unicamp, ano de 1974. O projeto de dissertação com o qual ingressei propunha abordar a exportação de produtos agrícolas e a questão da autossuficiência alimentar nacional. Agora percebo que já tinha ali, na primeira oportunidade em que formulei um tema de estudo, uma conexão direta com as coisas que eu iria fazer mais tarde, e que faço até hoje, relacionadas com o abastecimento e com a segurança alimentar. A dissertação acabou tratando de outra questão, mas ainda relativa a alimentos. Cursei o mestrado e defendi a dissertação em quatro anos. Na época o mestrado era outra coisa... Totalmente diferente do que é agora. Cursávamos muitas disciplinas e o prazo para conclusão era maior.

O mestrado foi muito marcante para mim, que vinha de uma cidade interiorana com os limites de formação de um curso noturno de uma universidade particular. Vivíamos um dos períodos mais pesados da ditadura militar e aquele foi um dos primeiros cursos de economia

² Universidade Estadual de Campinas.

marcadamente de esquerda que se teve no Brasil. Fui aluno da Conceição (Maria da Conceição Tavares), do Lessa (Carlos Lessa), do Castro (Antonio Barros de Castro), do Beluzzo (Luiz Gonzaga Beluzzo), do Novais (Fernando Novais) e vários outros, o que marcou muito minha formação.

Quando terminei o mestrado resolvi começar logo em seguida o doutorado. Inscrevi-me como aluno especial na própria Unicamp. Fiz algumas disciplinas, mas depois acabei não prosseguindo na elaboração da tese em razão da militância partidária e no movimento docente. Comecei a dar aulas no ensino superior, na mesma Unimep onde me formei, em 1975, após concluir os créditos do mestrado. Nela, participei da fundação da Associação dos Docentes (Adunimep) da qual fui o segundo Presidente; por aí, participei também da criação do atual sindicato nacional dos professores (Andes). Na política partidária, comecei atuando no MDB³, no que se chamava MDB-Jovem, logo após entrar na universidade. Com a reforma partidária, abandonei essa seara e fui participar da criação do PT⁴ em Piracicaba (SP) e em algumas localidades do interior de São Paulo. Fui candidato a prefeito em 1982 pelo PT e presidente do diretório municipal.

Logo após as eleições, decidi recuar na militância e retomar o doutorado. Terminei defendendo o doutorado em 1988. A temática era comercialização agrícola, de novo, coerente com o mestrado. No início, eu me interessava muito pouco pela produção agrícola propriamente dita. Não entendia nada sobre produção. Sempre olhei a agricultura pelo lado de cá da porteira, pensava a comercialização, o abastecimento, os alimentos. Não tenho família de origem rural; em compensação, venho de uma cultura em que a alimentação ocupa lugar central. Talvez isso tenha me influenciado a olhar mais para as etapas da porteira para fora. Minha relação sempre foi mais com o alimento do que com a agricultura.

Retornando à questão do doutorado, levei quase 10 anos para concluí-lo no total, desde que cursei a primeira disciplina. Parece um privilégio, pois hoje vocês não têm mais essa possibilidade. Bom, terminei o doutorado em 1988. Foi quando vim para o CPDA. Na verdade, eu

³ Movimento Democrático Brasileiro.

⁴ Partido dos Trabalhadores.

mantinha relações com o CPDA desde os anos 1970, e em todo esse tempo me convidavam para vir para cá. Eu conhecia alguns professores que estavam aqui. Eu conheci o Nelson (Delgado) e o Paulo (Beskow) em Campinas, trabalhando numa pesquisa financiada pelo Incra sobre comercialização e formação de preços, em 1975/6. Aliás, foi dessa pesquisa que tirei meu tema de mestrado. Eu fiz o estudo de caso sobre a produção e comercialização no Maranhão, com orientação do Tamáz Szmrecsányi.

Depois disso, Nelson e Paulo vieram para o CPDA, aqui no Rio de Janeiro. Sempre me ligavam convidando para vir. Eu dizia não poder, por causa do PT, da política, do movimento docente, ia sempre adiando. Mesmo de longe, fui professor em cursos de especialização oferecidos pelo CPDA em outras partes do país. Participei, também, do Pipsa⁵, desde o início, o que aumentou minha ligação com o CPDA. O Pipsa, financiado pela Fundação Ford, foi um dos grandes projetos de âmbito nacional que procurava integrar campos e projetos de pesquisa que eu conheci. No Pipsa tínhamos encontros periódicos e grupos de trabalho. Coordenei um dos grupos de trabalho que reunia os projetos sobre agroindústria e grande produção agrícola. A iniciativa era louvável, pois abria espaço para recém-formados e estudantes para apresentarem seus trabalhos. Era muito legal. Fiquei no Pipsa durante anos. Também participei de uma pesquisa nacional coordenada pela Ana Célia (Castro) e outros – o Persagri (Projeto de pesquisa sobre a evolução da agricultura brasileira). Coordenei o relatório sobre o Estado de São Paulo. Isso foi em 1983, acho.

Nesse período eu era professor da Unimep em tempo integral e pesquisador associado ao NPCT⁶ da Unicamp. Na Unimep, fui chefe do Departamento de Economia e comecei como pesquisador com um projeto sobre mercado de trabalho, relacionado com a cana-de-açúcar, que não era muito a minha praia. Tinha assumido a coordenação de um Núcleo de Pesquisa e Documentação Regional ligado à pós-graduação em História. Na Unicamp participei de uma pesquisa sobre assentamentos rurais no estado de São Paulo.

⁵ Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura.

⁶ Núcleo de Política Científica e Tecnológica.

O tempo na Unimep foi muito bom, foram quase 20 anos como aluno e depois professor. Lá criamos um dos primeiros programas de amparo à pesquisa com um fundo orçamentário próprio em universidade particular do interior. Esse fundo existe até hoje. A universidade ficou bem diferente por conta de nossas batalhas por lá em termos de carreira docente e pesquisa.

Mas voltando às minhas áreas de interesse de pesquisa, depois da pesquisa Incra/Unicamp, desenvolvi outro trabalho sobre comercialização agrícola, com orientação do Sérgio Silva, meu orientador de doutorado. Mais uma vez tirei de uma pesquisa minha tese de doutorado que tratou do capital comercial. Curiosamente, esse tema não tinha nada a ver com o tema original de minha entrada no doutorado, que abandonei porque era muito complicado. Desisti e voltei para a temática que eu mais dominava, que era *comercialização*.

Bom, aí chegamos num divisor de águas em minha vida, em 1988. Só dois acontecimentos superam o que ocorreu naquele ano: os nascimentos de minhas duas filhas, Paula em 1979 e Adriana em 1984. Defendi o doutorado em setembro de 1988, passei no concurso do CPDA menos de um mês depois, pela primeira vez ganhamos a eleição para prefeito de Piracicaba em outubro e viajei para a Europa – também pela primeira vez – para participar de um congresso em dezembro daquele ano. O congresso era na França e Maria Helena, minha esposa, foi junto. Raspamos o tacho para juntar um dinheiro e andamos de trem pela França, Itália, Espanha e Portugal. Éita ano! Viajei para um congresso e acabei ficando uns dias a mais.

Aquele 1988 foi o ano da mudança. Eu já tinha a vontade de sair de Piracicaba. Então, quando se criou a oportunidade, prestei um concurso para o CPDA, fui aprovado e nos mudamos para o Rio em janeiro de 1990. Vim com o doutorado finalizado, embora não fosse requisito na época. Aqui, confirmei antigos interesses e acabei definindo como área de pesquisa os alimentos, a alimentação e o abastecimento. Continuo nisso até hoje, acrescentando incursões em temas de agricultura familiar.

IDeAS: Como veio a ligação com a temática da segurança alimentar e nutricional?

Meu primeiro contato se deu em 1985 quando participei de um pequeno grupo de pessoas convidadas pelo Ronaldo Garcia, então superintendente de planejamento do Ministério da Agricultura, no início do governo Sarney, para escrever um documento sobre política agrícola, agrária e alimentar no Brasil. Pela primeira vez, até onde sei, elaborou-se um documento propondo uma política de segurança alimentar reunindo essas várias dimensões. Depois, por sugestão do mesmo Ronaldo, topei uma proposta do IICA⁷ de escrever um texto sobre segurança alimentar, pois gostei da experiência de 1985 e queria investir no tema. Mas o texto acabou não sendo usado. Era o governo Collor, minha abordagem ia em direção inteiramente oposta a daquele governo e depois houve toda a confusão que sabemos.

Portanto, minha ligação com a temática foi anterior, mas, a consolidação se deu quando eu já estava aqui no CPDA. Fui engrenando na militância pela segurança alimentar e acabei parando no Governo Paralelo. Quando o Lula criou o *governo paralelo*, o José Gomes da Silva, que era o “ministro paralelo” da agricultura, chamou um grupo para escrever sobre política agrícola, um pra escrever sobre reforma agrária e outro que trataria de abastecimento; este último acabou se convertendo na proposta de uma política nacional de segurança alimentar. Este documento saiu bem mais denso do que os documentos anteriores a que me referi. Já incluía dentre seus argumentos a dimensão nutricional, por exemplo. Em audiência do Lula com o presidente Itamar Franco, da qual participei, ele apresentou nosso documento como uma proposta ao governo recém-iniciado. O presidente Itamar aceitou e daí nasceu o primeiro Consea⁸, presidido por D. Mauro Morelli, que funcionou em 1993 e 1994.

IDeAS: De onde vem sua militância e principalmente a sua relação com o PT?

⁷ Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.

⁸ Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Acho que posso dizer que sempre fui um cara de esquerda. Nunca pertenci a uma organização clandestina, mas desde meados dos anos 1970 atuava no MDB-Jovem, uma espécie de ala jovem de esquerda. Em 1976, surgiu a candidatura do Fernando Henrique Cardoso para senador por São Paulo. Por incrível que pareça hoje, essa candidatura uniu a esquerda toda do MDB e mesmo de fora dele. Outro espaço que agregava todos nós era a seção local, em Piracicaba, do Comitê Brasileiro de Anistia, presidida pelo Rodolfo Hoffman.

Bom, fiquei no MDB até a reforma partidária, quando surgiu a ideia do PT e fui convencido por companheiros a participar de sua criação. Esta opção me valeu uma bela pressão do pessoal do partidão (PCB⁹), que era importante por lá, e cercava vários de nós. Quando o MDB virou PMDB¹⁰ e o PT surgiu, fui ajudar a fundá-lo em Piracicaba e região, e em outras localidades do interior de São Paulo. Ao vir para o Rio eu me desliguei do PT de Piracicaba, pensando em me filiar aqui, o que nunca fiz. De fato, eu sempre tive uma impressão ruim do PT do Rio de Janeiro. Costumava dizer que tinha que fechar e começar de novo. Podia ter algo de preconceito de paulista nisso, mas quando cheguei aqui confirmei várias de minhas suspeitas. De todo modo, eu já vinha parando com a militância partidária, era muito embate, só disputa de correntes, e eu já estava de saco cheio disso, não era esse meu papel. Apesar disso, a marca fica, não é? Ainda hoje, quase todo mundo acha que eu sou do PT, porém, minha militância passou a ser mais de conteúdos para programas de governo na área de segurança alimentar e também de agricultura e rural.

Em 1996, o governo brasileiro instituiu um processo de consulta social para elaborar o documento para a *Cúpula Mundial da Alimentação em Roma*, como ocorreu para as demais cúpulas mundiais. Fui o relator do grupo técnico que era integrado por representantes do governo, da sociedade civil e do setor privado, numa das primeiras tentativas de diálogo tripartite nessa área. Acabei extrapolando minhas atribuições e escrevi uma primeira versão com muita coisa da minha cabeça, causando uma certa confusão. Diziam-me – não é para escrever o que

⁹ Partido Comunista Brasileiro.

¹⁰ Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

you think, but what the group thinks. The civil society participated in the Summit in Rome, in 1996, with a good delegation. It was the main base of the creation, in 1998, of the Brazilian Forum of Food and Nutrition. My militancy in food security followed the Forum whose national coordination I integrated until I became president of Consea. When Lula took office, still in the government of transition, we were called to help in the recreation of Consea in the name of the Forum. Through this, I resumed the old connection with the PT, since I knew many people from the party. Before all this, however, I went for my post-graduate studies in England.

IDeAS: Foi na Inglaterra?

Yes, in Oxford. We got there in August 1996. And there I reappeared with my connection with a theme that always populated my researches, which is economic development. I went there with the idea of studying *desenvolvimento*. In fact, development was always the question, so to speak, underlying everything else. It came from my own formation. I had a formation where the question of development was very strong, with Cepal, Celso Furtado, etc. Conceição, Lessa, Castro, Novaes... This people that formed me. Well, for me this was always an important theme. It ended up becoming my theoretical theme, so to speak. In other words, in the end, I think that the theme that I more dedicate myself to is development. The question of food, nutrition and agriculture constitutes a kind of applied research or empirical object, but the central question is development.

I returned from England with the theme development on my mind. Happy with life for having discovered that there were still places where it was debated in the world. In Brazil, at that time, it was considered that this debate was over. When I returned to CPDA, I proposed to create a discipline of Theories of Development, in which I am still today. My themes began to combine: agriculture, nutrition, agriculture and development. For this reason, whenever I talk about food security, I am connecting with strategies of

desenvolvimento. Olhando para trás, hoje, vejo que era meio óbvia essa conexão.

Venho de uma turma de gente que se reunia nos anos 1970 e 1980 para discutir pequena produção; num desses grupos conheci Leonilde Medeiros. Na Unicamp chamavam-nos de “grupo do matinho”; reuníamos-nos para discutir temas de agricultura e meio rural e, claro, para ler os capítulos da renda da terra d’*O Capital* de Marx. Como economista, acho que eu era meio “deformado” desde o início. Fiz uma dissertação de mestrado que antropólogos gostaram... o que era uma coisa notável. Isso explica muito a minha vinda para o CPDA. Eu não sei se aguentaria ficar apenas na economia ou rodeado por economistas. Então o diálogo interdisciplinar sempre me fez bem.

E isso explica também os motivos que me levaram para a França, em 2000, para o segundo pós-doutorado. Aí entrou o tema da “multifuncionalidade da agricultura”. Apareceu como uma categoria que respondia a muitas das minhas questões. Saía do campo estrito da produção, pois pensava o lugar das famílias rurais, as estratégias de desenvolvimento, inclusive territoriais, incorporava os temas de alimentação, natureza, biodiversidade, cultura, tecido social. Então me parecia uma categoria muito generosa que abarcava mais do que a produtividade agrícola. Era o que eu procurava! Ela me permitia fazer a conexão entre famílias rurais, agricultores familiares e desenvolvimento, sempre pensando nas estratégias. Foi em 2000, lá na França, que construímos a rede da multifuncionalidade da agricultura. Além de mim, estavam lá o Feijão (Wilson Schmidt) e o Kito (Ademir Cazella) fazendo seus doutorados; Zezé (Maria José Carneiro) estava também em pós-doutorado... Começamos a construir a rede de pesquisadores que se converteu em grupo de pesquisa registrado no CNPq com três projetos concluídos. A incorporação da referência territorial se deu no último deles, terminado em 2009. Aliás, acho que para todo mundo esta é uma referência recente. Incorporamos o tema no nosso grupo de pesquisa, cuja denominação mudou para

multifuncionalidade da agricultura e território, o que explica também os rumos que a rede tomou e nossa última publicação de pesquisa.¹¹

Neste caminho todo, um autor que me encantou foi o Albert Hirschman. Essa é uma coisa curiosa porque ele não me foi ensinado na graduação e nem mesmo no mestrado, tendo visto algo no doutorado. Lembro-me de ter perguntado o motivo ao Castro (Antônio Barros de Castro) e de ele me ter dito que o Hirschman não era reconhecido como tal pela corporação dos economistas. E agora vejo muitos falarem dele, Conceição e outros. Meu primeiro contato pra valer com a obra do Hirschman foi na Inglaterra. Hoje em dia continuo fissurado nos textos dele. Não vou dizer que li toda a sua obra porque não é verdade. Mas eu tenho toda ela registrada. Uma curiosidade: há 15 anos estou escrevendo um artigo-ensaio sobre ele e não consigo terminar. Sempre me parece incompleto. Acho que é um karma.

IDeAS: Falta muito?

Não. Já tenho 30 páginas escritas. Apresentei um esboço dessas idéias num seminário em Paris, pela primeira vez, quando ainda estava na Inglaterra, há quase 15 anos. Fui a Paris participar de um seminário no CRBC¹², coordenado pelo Afrânio Garcia e o Ignacy Sachs. Mais uma vez os laços pessoais... Na verdade, fui visitar o John Wilkinson que fazia o pós-doc em Paris. Ele me convidou para um seminário num grupo coordenado pelo Ricardo Henriques. Aí, apresentei uma primeira leitura que eu estava fazendo do Hirschman. Estavam presentes o Sachs e o Zé Eli da Veiga que desde aquele momento me incentivaram a publicar o ensaio. Isso foi em 1996 e até hoje não consegui publicar porque eu sempre acho que falta alguma coisa. Então o Hirschman entrou assim, mas entrou porque ele é um cara de desenvolvimento que combina com meu modo de pensar. Ele vê limites na teoria, limites na

¹¹ CAZELLA, Ademir Antonio; BONNAL, Philippe; MALUF, R. S. (Orgs.). *Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. vol.1.

¹² Centre de recherche sur le Brésil contemporain, EHESS.

economia. Eu só não sei se combino muito com a capacidade de autosssubversão dele.

Tem uma característica nos textos dele com a qual me identifico demais que é o otimismo. E eu me acho um cara otimista ainda, em vários aspectos. Uma vez li um artigo do Celso Furtado, de 1964, no qual ele dizia que o Hirschman era excessivamente otimista. Aconteceu de eu ir a um debate do Celso Furtado aqui na Maison de France e pedi que ele comentasse sobre o otimismo em Hirschman e na obra dele, Furtado. Ele fez um contraponto genial entre ele e o Hirschman, se embasando nas trajetórias pessoais como elemento explicativo. Disse que o Hirschman tem razões demais para ser otimista, dada sua trajetória de alemão fugitivo do nazismo e que, após muitas dificuldades, acaba construindo uma brilhante carreira nos Estados Unidos. Enquanto que ele, Furtado, teve uma trajetória inversa. É a história de alguém cheio de sonhos para seu país que terminou sendo exilado pelo regime militar. Faço um “parêntese” aqui para dizer que o Furtado é minha outra grande referência. Aliás, o contraponto que ele fez ficou na minha cabeça e um dia ainda uso essa linha de raciocínio para produzir algo, numa abordagem do tipo história das ideias, tratando da forte relação entre o teórico e a teoria, onde a trajetória de vida tem influência direta nas questões de pesquisa e na forma como se olha o mundo. O Hirschman combina muito comigo nesse aspecto e acho que ele tem uma enorme contribuição para dar. Sua obra é muito pouco explorada.

Que outras referências foram marcantes em minha trajetória? Acho que essas são as principais.

IDeAS: Falando de desenvolvimento, você tem um artigo cujo tema é atribuir sentidos à noção de desenvolvimento.¹³ Porque todo mundo fala de desenvolvimento e torna-se uma noção vazia. Então vivenciamos atualmente um período que nos sugere uma retomada das defesas do desenvolvimento, do desenvolvimentismo. Um exemplo disso são as campanhas eleitorais atuais, o novo desenvolvimentismo estando na dianteira. Um projeto que tem muito em comum com as ideias da década

¹³ MALUF, R. S. *Atribuindo sentido(s) ao desenvolvimento econômico*. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 15, n. 15, p. 53-86, 2000.

de 1970, grandes obras de infraestrutura, crescimento econômico. Por outro lado, isso implica decisões que vão de encontro a toda discussão de desenvolvimento territorial, de respeito aos modos de vida dos povos tradicionais. Muitas obras de infraestrutura estão caindo de paraquedas em territórios camponeses, terras de índios, ribeirinhos. Como fica o Brasil com esse projeto? Como fica boa parte dos temas de pesquisa do CPDA que vão de encontro aos processos hegemônicos de desenvolvimento?

Essa é uma questão difícil. Primeiro, é verdade que estamos na ressaca do neoliberalismo e que as questões de desenvolvimento foram retomadas. O Brasil está nessa onda. Adicionalmente, para pensar o Brasil e vários países da América Latina, temos que enfrentar uma questão que ainda não conseguimos entender direito: refiro-me à recente combinação pragmática de coisas contrastantes e, mesmo, conflitantes. Essa é uma marca, por exemplo, do governo Lula. Uma combinação pragmática de política monetária ortodoxa, avanços em políticas setoriais, algumas ousadas, retomada do papel do Estado sem revisar vários elementos da liberalização da economia, e política social pesada em várias áreas. Notamos a preservação de componentes do nosso desenvolvimento tradicionalmente concentradores de riqueza, ao lado da retomada de uma dinâmica de mercado interno na qual joga papel importante a recuperação do poder de compra de camadas de menor renda. A equação macroeconômica do governo Lula, que permite manter a participação dos mais ricos na riqueza e melhorar a condição dos mais pobres, parece ter na classe média uma importante fonte de financiamento, principalmente, pela via tributária. Seja como for, apesar dos elementos de permanência, acho que não se pode dizer que se trata de uma continuidade do governo FHC, mesmo relativizando a profundidade das transformações promovidas pelo atual governo.

A compreensão do que está se passando na América Latina e, particularmente, no Brasil, para mim, ainda precisa ser feita. No caso do governo Lula, sabe-se que algumas das coisas que ele fez visavam manter a governabilidade, se segurar no poder. Muitas delas são de um pragmatismo inaceitável para muitos de nós, como na política, na relação com o Parlamento e os partidos políticos, onde aparecem ou se

mantêm coisas como os mensalões... Nem estou entrando no mérito sobre o que há de verdadeiro nas histórias contadas. Digo que: “na política, há um pragmatismo que às vezes nos deixa muito nervosos”.

Ao mesmo tempo, esse governo tem uma visão desenvolvimentista que recupera antigos valores bastante introjetados na sociedade brasileira. Isso me surpreende sempre, me chama atenção. Ontem fui assistir a uma apresentação da Dilma aqui no Rio... É impressionante... Toda vez que ela falava em desenvolvimento com um tom nacionalista a platéia uivava, e era gente de barba branca. Devia haver lá muita gente do BNDES¹⁴, Petrobras, e outras estatais. O nacionalismo é uma característica funda da sociedade brasileira, e não apenas fluminense. Então, há uma retomada do desenvolvimentismo. Eu não diria que se trata de um desenvolvimento a qualquer custo. Não é mais possível pensar assim. Agora é, sim, uma retórica desenvolvimentista. Ela é muito poderosa em vários campos e pode atropelar processos e temas que nós valorizamos.

Porém, algumas questões vão além da capacidade dos governos. Nem sempre um governo consegue regular as atividades econômicas e, às vezes, nem quer. Além disso, sempre digo nos nossos debates, lá no Consea, que criticar o governo porque ele é heterogêneo é fácil. Mais complicado é entender que o governo é heterogêneo porque a sociedade é heterogênea. Pior seria se fosse um governo monolítico, que quase sempre quer dizer totalitário. Por exemplo, eu posso divergir, radicalmente, do modelo do agronegócio, mas nem por isso sugerimos colocar seus sujeitos no paredão. Então, há conflitos, há tensões, que esse governo expressa e com os quais temos que aprender a lidar. Claro que há um movimento dominante, uma corrente principal. Ela é desenvolvimentista e ainda muito promotora de desigualdade. Essa trajetória reflete também a condição que o país adquiriu fruto de algumas políticas bem implementadas, fruto de uma conjuntura favorável em vários momentos e fruto de uma boa revisão de iniciativas que vieram do governo FHC. Seria um desenvolvimentismo capaz de atropelar, por exemplo, o ambiental? Talvez! Mas não acho que isso seja fácil, não, porque o quadro internacional e nacional já não é tão simples

¹⁴ Banco Nacional do Desenvolvimento.

assim nesse aspecto. A proeminência internacional que o Brasil adquiriu tem custos altos. O país precisa responder por isso.

IDeAS: E como você vê o Brasil na sua relação para fora, no contexto internacional?

Do meu ponto de vista, a política externa do governo Lula foi uma das melhores coisas que esse governo fez. Antes, quero finalizar o ponto anterior pegando o exemplo da moda. A Usina Belo Monte. Veja bem, é claro que temos que nos solidarizar com as comunidades indígenas que estão em volta. Não só solidariedade com elas, mas tem também a biodiversidade, a riqueza natural da região. Posso concordar que o trator desenvolvimentista, acentuado pelo calendário político dos governos e uma certa impaciência, empurra goela baixo coisas que sempre podem ser melhor discutidas. Agora temos um impasse ali para ser discutido: o país precisa de energia.

IDeAS: Mas existem atualmente muitas críticas a esse projeto...

É verdade. Porém, somos obrigados a escutar que a matriz energética brasileira é uma das mais sustentáveis em termos globais por ser hidrelétrica e por usar etanol. Claro que se pode perguntar: precisa ser uma Belo Monte, não poderiam ser 37 Belo Montinhos? O que quero dizer é que não é simples. É um desenvolvimentismo que tem que dar respostas ao tema ambiental e está sendo cobrado por isso. Já a dimensão social é ainda mais complicada, porque você identifica elementos positivos e negativos. Quer dizer, existem os projetos de estilo desenvolvimentista e a política macroeconômica. Mas existem também as políticas sociais. Fala-se muito do Programa Bolsa Família. Embora seja da maior relevância, ele é pouco se comparado com outras iniciativas. Por exemplo, se somarmos o que representou o reajuste permanente do salário mínimo em termos reais e suas repercussões na previdência e nos benefícios da assistência social, isso dá um caminhão de dinheiro. Em suma, tem componentes de desenvolvimentismo a

qualquer custo. Uma parte da elite empurra e uma parte do governo compra. Mas há limites aí, fruto da incorporação da agenda social.

Voltando à sua pergunta, a política externa foi uma das grandes coisas do governo Lula. Num primeiro momento me parecia existir um conflito entre a política comercial e a política externa. Política comercial era a velha agenda, liberalização a qualquer custo, acesso a mercados e parceiros preferenciais (Europa, Estados Unidos e China), agenda que continuou. Mas, de repente, veio uma política externa incorporando critérios mais políticos, e um presidente que insiste num discurso internacional destacando os temas da fome, pobreza, desigualdade. Isso deixou muita gente nervosa. Os exportadores diziam: por que a gente vai perder tempo com a África? A África não compra nada da gente... O Ministério das Relações Exteriores junto com a Assessoria Internacional do presidente construíram uma agenda externa bastante diferenciada das anteriores. Contudo eu não sou a melhor pessoa para fazer esse tipo de avaliação. Acho que o Brasil está adquirindo uma notoriedade importante, porém, não há que exagerar quanto à capacidade de liderança do país no plano internacional. Eventualmente, você vai para um país onde nem sabem o que é o Brasil. Mas não há dúvida de que o país virou um ator internacional relevante. Acho que o Lula tem muita responsabilidade nisso. Não podemos subestimar a pessoa do Lula.

IDeAS: E o lugar da segurança alimentar nisso tudo?

Nossa área ganhou muita notoriedade junto com Lula. O fato de o presidente ter colocado a SAN¹⁵ na sua agenda, no âmbito nacional, foi muito importante. Ele abriu um espaço de participação que nós, da sociedade civil, ocupamos com competência. No caso do Consea, ele é um conselho consultivo que nem sempre é escutado. Não fomos escutados no projeto do Rio São Francisco, na liberalização dos transgênicos e em outras coisas. Mas quando se consegue construir uma agenda de debates, dar visibilidade às diferenças de opinião, isso já é uma vitória importante. Tanto é que o Conselho tem uma legitimidade social importante junto aos movimentos, organizações e redes sociais. No

¹⁵ Segurança Alimentar e Nutricional.

plano internacional também. O Lula carrega com ele a marca do que fez aqui nessa área, e junto com ela vai também o exemplo do Consea, principalmente para os países ditos em desenvolvimento. Lembrando que o nosso negócio é promover a participação social nas políticas públicas.

IDeAS: E a relação com os movimentos sociais?

Tivemos algum embate aqui e ali com algumas vertentes da Via Campesina sobre o enfoque da soberania alimentar. Eles construíram essa noção nos anos 1990 e nós trabalhávamos, desde os anos 1980, com segurança alimentar, mas ambas possuem conteúdos muito próximos segundo as interpretamos, e nós tínhamos uma visão diferenciada sobre segurança alimentar. Eles queriam construir a referência da soberania alimentar negando a de segurança alimentar de um modo que bota todo mundo no mesmo saco – Banco Mundial, FAO¹⁶ e o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional. Nosso movimento obviamente não tinha nenhum interesse em alimentar essa disputa, até porque todos nós consideramos a soberania alimentar fundamental. Passamos a usar soberania e segurança alimentar juntas; o fórum passou a se chamar Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Internacionalmente eles dizem: nós não queremos saber de segurança alimentar, é hora de soberania alimentar. Eu vivi uma situação interessante num debate em Moçambique, em que um participante, após me ouvir apresentar como que a gente trabalha os conceitos aqui, me falou: noto que o pessoal da segurança alimentar está usando as referências da soberania alimentar. Eu respondi: olha, essa concepção que eu apresentei aqui, a gente começou a desenvolver antes de o movimento da soberania internacional se formar... Não há que procurar conflito onde não tem. Trata-se de uma construção, de um processo social que leva mais de 20 anos. Tem gente trabalhando há muito tempo nisso, não saiu da cabeça desse ou daquele.

¹⁶ Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

IDeAS: Como o professor vê a relação dos biocombustíveis/agroenergia e a questão da segurança alimentar?

Esse foi um tema de discussão muito forte no Consea. A gente chegou a produzir documentos para definir nossa posição que vou tentar sintetizar. Primeiro, tinha a diferenciação do projeto brasileiro com o norte-americano. Aqui, a relação não é direta. Enquanto que lá, utilizam o correspondente a 10% da produção mundial de milho para fazer combustível, sendo o milho um alimento básico em boa parte do mundo. Costumo dizer que o milho é uma espécie de petróleo da alimentação, usado nas mais distintas formas como *tortilla*, pão, massas, óleo e ração. Você vai encontrar o milho em quase tudo. Aí temos um impacto negativo enorme sobre o meio ambiente e sobre o preço dos alimentos. Não se pode colocar o etanol de milho e o etanol de cana-de-açúcar no mesmo saco.

Segundo, há uma condição no Brasil que se reproduz em alguns poucos países: a disponibilidade de área permite pensar na coexistência da produção alimentar e da produção de bioenergia, biomassa. Claro que o número agregado de terras disponíveis esconde coisas. É verdade que não é preciso mais que um pequeno percentual da área agricultável não utilizada para aumentar o cultivo de cana-de-açúcar e a produção de etanol. Agora, os conflitos entre esse cultivo e a produção de alimentos têm que ser observados no plano territorial e não nacional. No plano nacional, o Brasil tem terras suficientes, embora nem sempre disponíveis; porém, é preciso olhar os conflitos nos territórios, no plano local. Além disso, tem a macrogeografia da expansão da cana-de-açúcar cujo avanço em algumas regiões empurra a pecuária e a soja para a Amazônia. Por fim, o cultivo de cana está longe de ser uma produção sustentável.

A gente [Consea] defende um tipo de regulação dessa atividade para além de um zoneamento agroecológico que diz que essa terra é apta para isso ou aquilo. Uma área pode ser apta para cana, mas a comunidade em questão pode não querer esse plantio no seu território. Esse tema é muito relevante porque o Brasil – e essa foi outra sacada do governo Lula – quer contribuir com a produção de uma energia considerada renovável e vem tentando tornar o etanol uma nova

commodity. Para isso, interessa que exista um mercado internacional com normas, etc... Interessa porque o país é muito competitivo, sabe fazer bem e barato, é quase imbatível.

Do nosso lado, defendemos uma estratégia energética descentralizada, baseada em pequenas e médias unidades distribuídas pelo território nacional. Contudo, é muito difícil imaginar uma produção de combustível, mesmo do biodiesel, que não seja apropriada pelas grandes corporações e redes já existentes. Estou me referindo não só a Petrobras, como às outras petroleiras. É bem provável, embora não desejável, que essa dinâmica vá na direção dos grandes circuitos de distribuição. Então, você produz combustível lá perto da sua cidade e ele vai ter que ser mandado lá não sei aonde, para depois voltar para os postos lá na sua cidade. Isso se chama cadeia, isso se chama *capitalismo*. De todo modo, a verdade verdadeira é a seguinte: é preciso ter uma visão de transição que proponha um modelo diferenciado, sem desprezar a necessidade permanente de energia para tudo. Parece haver uma insistência numa matriz que talvez se supere logo.

IDeAS: E tem projetos começando com carvão mineral.

É, agora estão indo para o carvão vegetal.

IDeAS: Mas tem muito mineral ainda.

Tem, mas tem também o carvão vegetal e estão apoiando a expansão de eucalipto para trocar o carvão mineral por vegetal. Retomando as propostas de estratégias descentralizadas, como o biodiesel, elas podem ser ilusórias em alguns aspectos. O biodiesel foi debatido no Consea várias vezes, com apoio, sobretudo, se permitir preservar a produção de alimentos. Nesse aspecto, o programa de biodiesel parecia ser uma boa ideia, mas parece enfrentar problemas para se materializar. Essa é uma discussão que ainda carece de suporte social. Existem movimentos sociais que apoiam e outros não.

IDeAS: Mas você vê esse mercado de energias renováveis líquidas, no caso etanol e biodiesel, como um mercado interessante e estratégico para a agricultura familiar? Como é que você vê essa relação? Porque tem um modelo muito focado nos grandes produtores.

É que o biodiesel foi parar na soja.

IDeAS: Então como é que você vê isso?

Se alguma possibilidade existe de favorecer a agricultura familiar, ela estaria no biodiesel porque não tem como reverter a cadeia do etanol agora. É muito difícil inserir o pequeno agricultor na dinâmica do setor sucroalcooleiro. Qual é um dos segredos do etanol? É a economia de escala. Se tem um setor da agricultura onde o ganho de escala aparece é a monocultura da cana. Então como pensar em uma estratégia para a agricultura familiar na cana-de-açúcar/etanol?! Já no biodiesel, parecia haver mais chance, mas ficou evidente também, nas pesquisas aqui¹⁷, que a Petrobras é chave para promover e para versatilizar. Então, eu estou falando do Estado.

IDeAS: Como o professor vê essa relação do agronegócio e da agricultura familiar para a segurança alimentar e nutricional?

Eu tenho me convencido cada vez mais que a gente tem que enfrentar o tema do agronegócio. Estou convencido disso não só para segurança alimentar, mas também em outras áreas. Primeiro, não são dois mundos separados, eles interagem, com complementaridades e conflitos. Acho que está na hora de ir além do “eu rejeito o agronegócio”, simplesmente. Veja que dizer isso não significa abandonar a posição, que sempre tive, de entender a agricultura familiar como uma categoria

¹⁷ Refere-se ao Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura – OPPA.

sociopolítica, que precisa inclusive ser sempre acompanhada pela categoria família rural e ser usada no plural, porque é de uma heterogeneidade enorme; o qualificativo agricultura familiar, no singular, não diz tudo. De todo modo, essa categoria serve para fazer um contraponto de modelos de agricultura, formas de ocupação do espaço agrário e de relação com a natureza, que nem sempre é amigável.

Esse contraponto se dá entre a categoria sociopolítica da agricultura familiar e a categoria ideológica do agronegócio. Digo ideológica, pois conceitualmente ela não quer dizer nada. Dois pesquisadores norte-americanos, em meados dos anos 1950, denominaram como agronegócio o conjunto das atividades organizadas ao redor da agricultura, algo que a categoria de cadeias já buscava contemplar. Quer dizer, analiticamente, agronegócio é tão importante quanto cadeia ou mesmo complexos, mas ideologicamente é outra coisa. E é no plano ideológico que se consegue entender a categoria agronegócio no Brasil e, inclusive, os conflitos no seu interior. Vejam a tentativa dos ruralistas de se diferenciar do agronegócio o qual, segundo eles, é representado pelo cara de terno e pastinha, executivo que recebe benefícios do governo e fica com a maior parte do lucro, enquanto o ruralista é o cara do trator que sofre com a chuva, com o sol, risco de safra etc. Enfim, o agronegócio é uma categoria ideológica que expressa um outro projeto e resulta em outras dinâmicas que, entre outras implicações, é mantenedora de uma repartição da terra que está entre as principais raízes da nossa desigualdade social.

Portanto, quando digo que devemos ir além da mera rejeição do agronegócio, não estou propondo obscurecer as diferenças com a agricultura familiar, mas sim que temos que avançar na maneira de tratar isso. É impensável que o governo Lula diria: “vamos parar de exportar soja, vamos parar de criar enormes rebanhos e exportar carnes”. Aqui, retomo também a questão do pragmatismo que mencionei antes: as exportações promovidas pelo agronegócio têm participação fundamental na equação externa brasileira e são fortemente apoiadas pelo mesmo governo que ampliou muito a visibilidade e o fomento à agricultura familiar. Regulação pública é uma das respostas ao desafio que estou apontando, partindo da premissa de que não se coloca a alternativa de eliminação do outro.

Falando, agora, como pesquisador, a gente tem de avançar na incorporação do agronegócio como parte constitutiva dos objetos das nossas investigações. Por exemplo, nossa rede desenvolveu mais de um projeto de pesquisa sobre multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial olhando especificamente para a agricultura familiar. Era nela que estávamos interessados, pois é esse tipo de agricultura que entendíamos mais propenso a preencher os requisitos da multifuncionalidade. O procedimento era metodologicamente correto, justificável e consistente, inclusive porque fazíamos referência às dinâmicas agrícolas e agrárias não familiares. Contudo, seria preciso avançar na incorporação do agronegócio como parte do objeto de estudo, mas reconheço que é um exercício difícil.

Especificamente quanto à segurança alimentar, a complicação se amplia. Vou dar dois exemplos. Eles [agronegócio] sempre usaram a segurança alimentar como elemento justificador de sua própria condição. Não por acaso o lançamento da Abag¹⁸ foi comemorado com a edição de um livro intitulado *Segurança Alimentar*, num período em que uma meia dúzia apenas falava sobre segurança alimentar. Nos debates internacionais o Brasil se apresenta como assegurador da segurança alimentar mundial, dado o peso das exportações agroalimentares brasileiras, sendo difícil contrapor-se a essa compreensão ainda que se ache que o Brasil não tem que entupir o mundo com carne de frango.

O fato é que não me satisfaz o modo como a gente aborda essas questões, faltando entrar um pouco mais dentro dos conflitos, das tensões. Há um debate internacional promovido por alguns autores que se perguntam se estamos caminhando ou não para um novo regime alimentar. Alguns deles acham que há um novo regime alimentar em construção que, diferentemente daquele do pós-guerra, é fundamentalmente controlado pelas grandes corporações. O sistema alimentar mundial caminhou numa certa direção e sabemos que o Brasil foi parte construtiva desse movimento. Um reduzido número de corporações controla as etapas fundamentais das cadeias agroalimentares.

¹⁸ Associação Brasileira de *Agribusiness*.

Em face disso tudo, não iremos muito mais longe tratando a agricultura familiar e o agronegócio como dois mundos à parte, o que não são, por mais importante que seja acentuar as diferenças entre eles e colocar ressalvas à introdução de valores do mundo dos negócios no seio dos agricultores familiares. Estes têm o óbvio direito ao progresso econômico, porém, é bastante possível obtê-lo com base em estratégias alternativas ou contra-hegemônicas que rompam ou que vão em direção contrária às dinâmicas das cadeias integradas que têm a grande produção na sua base agrícola e algumas grandes corporações controlando as principais etapas, inclusive as redes de distribuição. Há muitas formulações que ajudam a pensar nesse sentido. Por exemplo, nós [Consea] estamos propondo ao governo, desde 2005, que assuma a formulação de uma política de abastecimento alimentar que não temos. A lógica privada faz com que, por exemplo, um percentual elevadíssimo (acho que mais de 60%) da produção nacional de arroz, produto de consumo generalizado, se concentre no Rio Grande do Sul. Não seria possível pensar diferentemente, apoiando circuitos descentralizados, como, aliás, era característico desse produto? Não estou falando em autosuficiência regional, pois não acredito nisso exceto para produtos específicos. Estou me referindo à promoção de circuitos regionais por meio de uma política de abastecimento.

IDeAS: Em relação às políticas para o meio rural do primeiro governo Lula e do segundo, há avanços, modificações, transformações e mudanças?

Não me sinto capaz de fazer uma avaliação nesses termos gerais. Tenho lido avaliações do Pronaf, inclusive as realizadas pelo OPPA, cuja evolução dos números agregados, vistosa e impressionante, também pode se revelar enganosa. Pode haver alguma duplicação, mas principalmente a concentração regional e por faixa de renda é que precisa ser vista com cuidado. Além disso, há também algumas modalidades usadas com exemplos da diversificação do programa que são muito pouco acessadas, como nos casos do Pronaf Mulher e Agroecologia. Então, acho que o Pronaf tem e teve resultados bastante evidentes, parece ter sido um instrumento importante durante a recente

crise dos alimentos, mas há limites na capacidade desse instrumento, basicamente de crédito, promover transformações substantivas.

IDeAS: E no contexto das políticas de segurança alimentar e nutricional do primeiro para o segundo governo Lula, houve mudanças significativas?

Houve sim, com as dificuldades próprias da concretização do enfoque intersetorial que defendemos. A relação dos vários programas públicos implementados por diversos setores de governo com a segurança alimentar vem sendo discutida no Consea desde a recriação do Conselho, em 2003, a luz desse enfoque. Tomando o caso do Pronaf, que mencionei antes, é claro que ele tem um papel crucial no abastecimento alimentar doméstico, na promoção da disponibilidade de produtos. Contudo, o grau de incorporação de preocupações de segurança alimentar pelo programa, para além da quantidade de produção, ainda é pequeno. A extensão rural poderia contribuir bastante nessa direção, se estivesse melhor articulada com o crédito. Na crise dos alimentos, em 2006/2008, o programa *Mais Alimentos* teve um papel importante no aumento da capacidade produtiva, porém, isso não permite dizer que há uma estratégia de segurança alimentar desenhada no país. No discurso do presidente Lula e de ministros ligados ao tema, a agricultura familiar aparece com destaque, como responsável pelo mercado interno. Agora, dali a você chegar ao que se considera uma estratégia articulada de segurança alimentar tem ainda um razoável caminho a trilhar.

Vejam o caso do PNAE¹⁹ recém-modificado para introduzir a compra direta de alimentos da agricultura familiar local. Pode-se dizer que o primeiro motivo que tem mobilizado um grande número de agricultores no país para ingressar no programa é econômico, incrementar sua renda. No entanto, pode-se supor outras repercussões no futuro de um programa que estabelece uma inédita relação entre escola, educação e agricultura. Por exemplo, os nutricionistas que cuidam das compras desse programa se confrontarão com a realidade da agricultura familiar e colocarão exigências para ela quanto aos produtos que oferece,

¹⁹ Programa Nacional de Alimentação Escolar.

enquanto que a agricultura familiar pode provocar revisões na orientação e critérios adotados pelos compradores ou formuladores de cardápios. Estarão em questão critérios quanto ao que é uma alimentação saudável, modos de produção e tipos de produtos, composição dos cardápios, exigências de qualidade etc. Os agricultores vão ter que aprender a produzir de um modo (sem veneno) que não prejudique os próprios filhos que irão comer seus produtos na escola. As dinâmicas derivadas de articulações como essas vão muito além do objetivo primeiro do programa.

Por último acho que a SAN não avançou mais pela ausência de uma política de abastecimento. O Brasil desarmou um conjunto de instrumentos de uma política de abastecimento a partir do final dos anos 1980 e nunca pôs outra coisa no lugar; o ajuste estrutural e a liberalização econômica dos anos 1990 explicam isso. Vejam bem, abastecimento não é sinônimo de comercialização agrícola, embora o pessoal da agricultura costume tomá-lo assim. Por abastecimento entendo o conjunto de ações localizadas na interseção do consumo e da produção. Na nossa concepção, ele articula a ampliação do acesso a uma alimentação adequada e saudável com a promoção da produção oriunda da agricultura familiar. Essa visão de abastecimento, que ainda não está construída no Brasil, contém elementos de soberania alimentar, além de orientar-se pelo direito humano à alimentação adequada, numa perspectiva descentralizada. Essa concepção permitiria grandes avanços na articulação e mesmo reorientação de vários programas existentes.

IDeAS: Eu tenho uma última questão. Gostaria que você comentasse alguns temas de pesquisa que você vê como estratégicos, importantes?

De saída, digo que nos falta um esforço de sistematizar o significativo volume de pesquisas que vêm sendo realizadas no Brasil, que aumentou muito nos últimos anos. O Consea tem tomado iniciativa nessa direção, pois a produção de conhecimento é uma das diretrizes aprovadas em nossa última Conferência Nacional. É bem verdade que a pesquisa, e a pesquisa acadêmica, não é a única forma de produção de conhecimento, mas sem dúvida tem papel central nela.

Há um vasto campo de investigação referente aos indicadores e ao monitoramento da segurança alimentar e nutricional e da promoção do direito humano à alimentação adequada. Com respeito à nossa terceira referência, a soberania alimentar, penso ser necessário um esforço no sentido de ultrapassar os limites derivados do fato de esta noção ter origem, fundamentalmente, em movimentos sociais rurais. É preciso que ela faça sentido para o conjunto da população e seja capaz de abarcar questões para além da valorização do campesinato ou da sociobiodiversidade, por mais importantes que sejam.

Comentei antes que nos faltam abordagens que enfrentem os desafios colocados pela forma como se organiza o sistema alimentar mundial e suas implicações, para além da mera rejeição de seus componentes hegemônicos (como são a grande produção agrícola e as grandes corporações), ou pleito em favor dos modelos que temos razões para apoiar, como é o caso da agricultura familiar de base agroecológica. A propósito desta última, acompanho um pouco à distância os esforços para pensar os desafios do que chamam de transição agroecológica. Arriscaria dizer que eles vão além das questões de modelo produtivo ou de se ter um dispositivo de fomento adequado. No caso, há que ultrapassar a mera afirmação de princípios ou de modelos ideais para avaliar também o lugar e as possibilidades desse modelo no abastecimento alimentar das comunidades e dos países.

Por fim, sem a pretensão de esgotar uma possível agenda de pesquisa, quero me referir ao tema da participação social em políticas públicas. Tenho afirmado que considero ser essa uma característica distintiva, embora não exclusiva, da experiência brasileira, sem desconhecer seus limites. Vejo aqui um enorme campo de reflexão e pesquisa que, no caso da segurança alimentar e nutricional, tem ainda que se defrontar com os desafios da intersectorialidade quando lidamos com os programas públicos mas também com a representação da sociedade civil.

Gostaria de concluir agradecendo a vocês e dizendo que me sinto muito honrado, e também um pouco constrangido, por ter sido convidado pelos editores do IDeAS para dar essa entrevista. Espero que este tipo de bate-papo seja de alguma utilidade aos leitores da publicação.